



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

RELATÓRIO PARCIAL GTI “CRACOLÂNDIA”

**Relatoria das primeiras reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a
região conhecida como “Cracolândia”, na região da Luz (GTI “Cracolândia”)**

São Paulo, 06 de outubro de 2022



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ÍNDICE

Introdução	3
Criação do GTI	5
Primeira Reunião	7
Segunda Reunião	14
Terceira Reunião	20
Quarta Reunião	31



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Introdução

Buscar sistematizar em formato de relatório as 4 primeiras reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional “Cracolândia” é um esforço de olhar de maneira ampla o processo desenvolvido entre os atores em contato do território, junto às reflexões e apontamentos dos convidados e especialistas que se somaram a estes encontros.

Neste sentido, o mais relevante desta descrição é propor uma análise de tudo que já foi discutido, para assim entender o que é possível extrair e definir como uma produção decorrente deste processo. Partindo dele, elaborar uma agenda, e os próximos passos para a continuidade do trabalho.

Com isso, é importante analisar o relatório de modo a levantar os pontos de convergência, conflitos, e perspectivas, entre outros, que possam caracterizar as dinâmicas a serem seguidas.

A construção partindo desta análise tende a tornar o andamento planejado dos próximos passos do GTI e a possibilidade de desenhar os seus possíveis resultados, não no sentido de antecipar respostas que só se darão com o desempenho das atividades, mas no sentido de construir o que poderá ser o percurso a seguir.

Diante disso, vale ressaltar que este Grupo de Trabalho Interinstitucional se debruça sobre o que pode vir a ser soluções e saídas para os mais diversos conflitos que acometem o território reconhecido como “Cracolândia”. Passadas quatro reuniões deste GTI, foi possível constatar pelas diversas oitivas colhidas, que trata de uma comunidade local que possui moradores, comerciantes, trabalhadores e dependentes químicos, entre outros. Estas pessoas ocupam as ruas, frequentam os comércios e interagem em alguma medida no território, sendo assim partes importantes da questão.

Portanto, é possível antecipar até aqui que este grupo alcançou o objetivo de colher depoimentos e abrir uma escuta ativa, processo este muito rico e diverso. Entendendo que o ponto de interesse comum é a solução do problema no território. Um dos momentos relevantes



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

deste debate foi o encontro com o professor Dan Small, de Vancouver, Canadá. Seus apontamentos se direcionaram a experiências de programas sociais que seguem a máxima do *Housing First*, programa que consiste em políticas de moradias como direito fundamental da pessoa em estado de drogadição, denotando um olhar mais humanitário indispensável para construção da solução do problema.

Propostas concretas e ações específicas por parte deste grupo é de fundamental importância para o avanço dos trabalhos. O balanço das primeiras quatro reuniões vem endossar a necessidade desta nova fase do GTI, bem como a propositura de uma agenda no próprio território, com a oitiva de usuários e a visita aos serviços que compõem os trabalhos desempenhados pelo poder público na região.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Criação do GTI

O grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a região conhecida como “Cracolândia”, na região da Luz (GTI “Cracolândia”) foi criado por meio da aprovação do Requerimento n° 56/2021, em 09 de dezembro de 2021, apresentado pelos Vereadores Erika Hilton e Eduardo Suplicy na Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo.

O Requerimento n° 11/2022, aprovado em 02 de junho de 2022, indicou os membros que compõem o GTI:

- 3 representantes Comissão de Direitos Humanos da CMSP: Vereadores Erika Hilton, Eduardo Suplicy e Elaine do Quilombo Periférico (esta última sendo substituída pelo Vereador Daniel Annenberg);
- 3 representantes Comissão de Direitos Humanos da ALESP: Emídio de Souza, Érica Malunguinho e Janaína Paschoal;
- 1 representante do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool de São Paulo (COMUDA): Marcos Muniz e Cecília Galicio (suplente) - indicados posteriormente;
- 1 representante do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED): Marcelo Ribeiro de Araújo;
- 1 representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEPE): Dimitri Sales;
- 1 representante do Comitê Pop Rua: Roseli Kraemer;
- 1 representante do Ministério Público: Promotor Arthur Pinto Filho e Promotor Eduardo Tostes (suplente) - indicados posteriormente;
- 1 representante da Defensoria Pública do Estado: Defensora Fernanda Balera;
- 1 representante da OAB/SP: Juliana Valente;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- 3 representantes de moradores da região da “Cracolândia”: Janaína Xavier (moradora de ocupação), João Carlos Andrade Cardoso Junior (morador do Complexo Júlio Prestes) e Henrique Parra (morador da Rua Helvética);
- 3 representantes de organizações da sociedade civil: Flávio Falcone (do grupo Teto, Trampo e Tratamento); Maria Angélica Comis (Centro de Convivência É de Lei) e Nathália Oliveira (Iniciativa Negra por uma nova política de drogas).

Datas, locais e links das gravações das reuniões ocorridas entre junho e agosto:

- 1ª reunião do GTI - 23/06 - 11h00 - Câmara Municipal de São Paulo - Salão Nobre
gravação: <https://youtu.be/15VxiP6oxR0>
- 2ª reunião do GTI - 30/06 11h00 - Câmara Municipal de São Paulo - Salão Nobre
gravação: <https://youtu.be/EwCVaEpsxZk>
- 3ª reunião do GTI - 14/07 - 10h00 - Assembleia Legislativa de São Paulo - Auditório Teotônio Vilela
gravação: <https://youtu.be/-r5iRWcDb8Q>
- 4ª reunião do GTI - 04/08 - 10h00 - Assembleia Legislativa de São Paulo - Auditório Teotônio Vilela
gravação: <https://youtu.be/z07O7XlmxjY>



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Primeira Reunião

Na manhã de quinta-feira, dia 23 de junho do presente ano, deu-se início aos trabalhos na Câmara Municipal de São Paulo ao Grupo de Trabalho Interinstitucional “Cracolândia”. Por meio da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania junto à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a partir de uma audiência pública realizada em outubro do ano passado (2021) com a proposição de buscar soluções e saídas para os mais diversos conflitos que acometem aquele território e a comunidade local, dentre as violações de direitos humanos e, infelizmente, a crescente barbárie que estamos presenciando e que vem ocorrendo de forma mais intensa nos últimos anos.

Composição da Mesa e Síntese de Fala

Dentre os representantes que estiveram na composição da mesa da primeira reunião, estavam de forma *on-line*: a Vereador Erika Hilton, o Deputado Emídio de Souza, a Deputada Erica Malunguinho, o Vereador Daniel Annenberg, e Arthur Pinto Filho (Promotor da área da Saúde Pública do Ministério Público de São Paulo), João Carlos Andrade Cardoso Junior (morador do Complexo Júlio Prestes).

Presencialmente, estavam: Vereador Eduardo Suplicy, Deputada Janaina Paschoal, Eduardo Tostes (Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo), Fernanda Balera (Defensora Pública do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos), Roseli Kraemer (Comitê PopRua), Maria Angélica de Castro Comis (psicóloga do Centro de Convivência É de Lei), Juliana Valente (Comissão de Direitos Humanos da OAB São Paulo), Cristiano Marona (Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool - COMUDA), Marcelo Ribeiro de Araújo (Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED), Nathália Oliveira (Iniciativa Negra por uma nova política de drogas), Janaína Xavier (moradora de ocupação) e Henrique Parra (morador da Rua Helvétia).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A Deputada **Estadual Janaina Paschoal**, abordou em sua fala a inexistência de uma organização qualificada, sobretudo, a falta de um mapeamento com relação às políticas públicas para aquela região, bem como demonstra uma preocupação especial na linha da Constituição Federal em priorizar crianças e adolescentes naquelas condições. Ressalta, ainda, o conformismo das mais diversas autoridades, pastas e instâncias em um jogo de empurra entre as competências municipais e estaduais e também sobre sua preocupação com as pessoas que estão nas ruas, como os usuários, dependentes, os moradores que estão com seus familiares e os que residem e trabalham naquela região;

A senhora **Roseli Kraemer Esquillaro** - representante do Comitê PopRua, considera importante haver uma redução de danos com um trabalho sério, não apenas naquela região, mas em toda a cidade de São Paulo, pois existem as cracolândias das periferias. Questiona ainda sobre a internação compulsória e a falta de oportunidades;

Segundo **Eduardo Tostes** – Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo – há a necessidade de diagnósticos mais precisos, informações específicas e através delas uma perspectiva da redução de danos;

Para **Maria Angélica de Castro Comis**, psicóloga do Centro de Convivência É de Lei, é fundamental esse mapeamento, pois com a dispersão das cenas de uso, houve piora na situação da região e de diferentes prismas:

- As pessoas que fazem uso estão menos seguras quanto os moradores e os atuantes da região;
- Dificuldade na abordagem da assistência social e da saúde;
- Desvantagem em relação a outros moradores que até então não tinham pessoas fazendo o uso de drogas em frente às suas casas;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- Facilidade nas abordagens policiais ocorrendo isoladamente, impossibilitando que essas pessoas tenham como se protegerem dos abusos cometidos;
- Dificuldades em acompanhar as pessoas que faziam redução de danos.
- Desmonte dos projetos de direitos humanos (Projeto Oficinas, Casa Rodante), desde 2016, tornando difícil o cuidado de cada indivíduo, uma vez que as abordagens são diferentes das ligadas ao poder público (assistência social e saúde), essas pautadas em metas;

Já a Defensora Pública do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, **Fernanda Balera**, afirmou que este é um problema de saúde sempre tratado com muita violência, como a exclusão social, o racismo e a repressão policial. Informou ser necessário um olhar multidisciplinar como uma política de Estado. Por estarem permanentemente no território, sugere que haja uma visita dessa comissão conjunta para que todos tenham espaço de fala;

Representante da OAB São Paulo, a advogada **Juliana Valente**, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos nesta e integra o Núcleo Emergencial e dos Direitos Ameaçados, por sua vez, compartilha suas experiências em situações emergenciais como os assassinatos ocorridos no meio da guerra na “Cracolândia”, em que já teve que segurar pessoas convulsionando enquanto acontecia um tiroteio. Afirmou que as pessoas em situação de rua, como os moradores e ativistas da região, são as maiores vítimas das ações que ali acontecem e, sobretudo, mulheres e LGBTs são as que mais sofrem devido às constantes agressões. Ressaltou os trabalhos louváveis do Teto, Trampo e Tratamento, Birico e Biricoarte, que fornecem apoio para as pessoas em situação de rua. Em ressalva, as ações de retiradas forçadas culminam nas dispersões por uso de bombas que dificultam o reencontro dos usuários com seus familiares;

O representante do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool - COMUDA, **Cristiano Marona**, propôs a criação de um território de uso assistido de drogas, como acontece



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

em países como os EUA e Canadá (as salas de uso seguro), além da existência de uma renda cidadã proposta pelo hoje, então, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, pois é necessário debater e construir uma política de drogas que seja efetivamente baseada em evidências científicas. A Política Municipal de Drogas em São Paulo vem sendo realizada e implementada sem qualquer diálogo com o COMUDA. É preciso tratar de assuntos como a questão das crianças e adolescentes acolhidos em comunidades terapêuticas, da dificuldade das informações a respeito das internações involuntárias e sobre a violência da Guarda Civil Metropolitana, pois as agressões e as torturas sofridas pelas pessoas em situação de rua são respostas fracassadas;

Conforme **Marcelo Ribeiro de Araújo**, do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED, é preciso olhar a violência interna e externa, assim como os usuários precisam de portas de saídas diferenciadas, como emprego, moradia, geração de renda e, ainda, saber de fato o papel da segurança pública;

Nathália Oliveira, da Iniciativa Negra, fez questionamento sobre a irresponsabilidade do Poder Executivo por todo um transtorno que ficou maior depois do desmonte das cenas de uso, pois, para ela, a partir de uma justificativa de segurança pública desastrosa e apesar das prisões que acontecem no território, não é assim que irá acabar com o tráfico de drogas. Como encontrar uma forma de frear essa ação, induziu ao Legislativo;

O senhor **Clebson Charles de Menezes Souza**, mais conhecido como Charles, um dos líderes do Movimento Crack Não, Solução, morador da Frederico Steidel com a Duque de Caxias, mencionou que existe uma população esquecida que é diretamente impactada com essa situação do fluxo. Falta uma preocupação com os cerca de 90 mil habitantes que são diretamente impactados por cinco mil usuários, pelo tráfico de drogas. Além da ausência de estudos e estatísticas, como a ineficiência do Poder Legislativo e Executivo para fazerem esses levantamentos. Aponta para problemas como: o das pessoas idosas que estão exiladas dentro de suas casas e não podem sair nem mesmo para comprar pão; as demissões de funcionários



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

por parte dos comerciantes; da ação da Prefeitura com a Operação Caronte que em parte foi desastrosa, tendo assim contribuído para a formação de vários mini fluxos e, com estes, a falta de higiene nas diversas ruas. Ainda possui relatos de crianças que foram puxadas para dentro de barracas de venda de drogas para serem estupradas; moradores que adquiriram transtornos psicológicos e psiquiátricos por estarem com medo e com receio de retaliação do tráfico, dos usuários e da polícia. Solicita inclusive, tratamento digno para todos;

O munícipe **Jorge Artur Floriani**, do Fórum Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, indagou sobre a decadência do fechamento dos Centros de Convivência de Crianças e Adolescentes; a deterioração dos serviços prestados pelos Centros de Referência da Assistência Social, que há muito tempo não contratam profissionais e há muito estão defasados. Ressalta a participação de crianças e adolescentes no narcotráfico e uma imensa exploração sexual contra os seus corpos;

O Sr. **Paulo Silveira**, do Observatório das Adições Bruce K. Alexander, exemplificou uma experiência que deu certo na cidade de Vancouver - Canadá – em que existiu uma cena de uso bem maior que a da cidade de São Paulo – com um laboratório a céu aberto. Foram ali adotadas políticas humanistas, o que permitiu a inclusão social e os direitos dos cidadãos garantidos. A “Cracolândia” de São Paulo é um espaço de disputa entre um Governo que adota a necropolítica e políticas humanistas como a De Braços Abertos. Não é uma disputa de região, mas uma disputa de discurso. O problema central ali não é o objeto de uso, não é o crack, é a miséria, a pobreza, é a exclusão social a que essas pessoas são relegadas e conseqüentemente, carregam em si todos os moradores da região. Defende a implementação da Renda Básica Cidadã.

Representante dos moradores da região, **Henrique Parra**, morador da Rua Helvétia, apontou como preocupação essa contínua produção de vulnerabilidades sobre as populações e seus territórios; os moradores; a população em situação de rua; os comerciantes; e os usuários. Afirmou, ainda, haver uma total ausência de políticas de moradia, de saúde, de relação trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

e renda, efetivas no cuidado humano e também um intenso aumento nos processos de militarização, de encarceramento e de criminalização. Ele já esteve em situações de extrema vulnerabilidade, sejam ocasionadas por conta de uma intensificação de situações de tensão e de insegurança ocasionadas no território, seja pelo processo de militarização, que fez com que tivesse que se retirar com a família da própria casa e, questionou ainda, sobre a estratégia para o redesenho da cidade como um dos planos de ação e de integração urbanística da região, que visem reivindicar a importância — conforme o Plano Diretor — da participação dos moradores e de todos os atores que vivem nesse território.

A moradora **Janáina Xavier**, que tem uma filha usuária em meio à guerra da “Cracolândia”, mencionou que é uma situação insuportável entre os usuários para cima e para baixo com a violência policial da IOPE (Inspetoria de Operações Especiais), pois o uso de bombas, do gás de pimenta e dos tiroteios fizeram, dessa forma, com que os usuários se espalhassem cada vez mais. Afirma que nada vai ser resolvido com violência e que é necessário arrumar moradia para toda essa população, pois tratamentos como a internação compulsória também não vão adiantar. Precisamos que haja um jeito de parar a opressão policial do IOPE e Guarda Civil Metropolitana.

João Carlos Andrade Cardoso Junior, morador do complexo Júlio Prestes, questionou sobre redução de danos, direitos humanos (para quem?) e amigos que infelizmente caíram no uso da droga também. De acordo com ele, tem que ser feito um projeto para resgatar essas pessoas. Dentre as dificuldades, relatou situações como a de não conseguirem dormir, não conseguirem comprar pão, não conseguirem buscar seus filhos e não conseguirem ir trabalhar, além da desvalorização do setor comercial.

Conforme **Cleiton Ferreira**, conhecido como **Dentinho**, morador do território há 10 anos, delegado da Conferência de Saúde Mental da cidade de São Paulo, pesquisador pela Unifesp, é muito vergonhoso essa prática de gerenciar violência e não acolher as pessoas, cada um tem a sua história, sua singularidade. [...] “Redução de danos por meio do programa De Braços



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Abertos fez eu estar aqui hoje e ser mais um desses profissionais e desses moradores que olham para as pessoas como seres humanos” [...]

A presidente da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, **Erika Hilton**, agradeceu a presença dos representantes de órgãos, coletivos representativos dos interesses da sociedade civil, tanto presencialmente quanto pela plataforma digital.

O presidente dos trabalhos, o nobre vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, agradeceu ainda a presença dos representantes Lázaro, do Mandato do Quilombo Periférico; Maurício Moraes, representante do Deputado Emídio de Souza, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; Luiz Felipe, representante a Vereadora Janaína Lima.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Segunda Reunião

Em **30 de junho** do presente ano deu-se início à segunda reunião do Grupo de Trabalho Intersetorial da “Cracolândia” na Câmara Municipal de São Paulo.

O Vereador **Eduardo Suplicy** abriu os trabalhos mencionando que a reunião se baseará em mais um dia de escuta. Destaca que a primeira reunião foi destinada a um espaço para primeiro se conhecer e entender tudo o que se deseja sobre o assunto. Nessa segunda reunião, será apresentado “como o problema é tratado ao redor do mundo”. Foram convidados o professor Dan Small e o Paulo Silveira do Observatório das Adições.

A **deputada Janaína Paschoal** apresentou vídeos e fotografias amealhadas por alguns moradores, na intenção de demonstrar que os moradores não estão preocupados com a situação de forma infundada.

O senhor **Iézio Silva**, presidente da associação pró campos elíseos melhor, associação de moradores e comerciantes, comentou diversas imagens de traficantes e usuários de crack na região. Foi exibido um vídeo onde um morador registrou o fluxo da janela de seu apartamento. Ressaltou que crianças e idosos não podem caminhar na calçada de casa sem a companhia de um adulto e até mesmo os adultos receiam caminhar à luz do dia.

Professor **Paulo Silveira** ressaltou que o observatório das adições tem por finalidade encontrar caminhos para possibilitar cidadania às pessoas que ocupam o território conhecido como “Cracolândia”, pessoas que vivem à “sombra” da sociedade ou “excluídas da cidadania” e como fazer para a inclusão. Estudaram uma experiência vivida em Vancouver na década de 90. Onde existia aquela “Cracolândia”, hoje existe um “quarteirão” ou “bairro” social. A principal fonte de renda da cidade na década de 90 era um presídio nos arredores da cidade (dinâmica das cidades prisionais). Existem políticas públicas que se converteram em ações nacionais, transformou um quadro drástico e hoje o presídio é um conjunto habitacional.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Professor Dan Small iniciou referenciando seu professor **Bruce Alexander**. Começou seu discurso afirmando que é filho de um policial o que possivelmente teria mudado sua visão sobre drogas e esse universo, motivo pelo qual entrou na universidade na década de 90 com uma visão mais conservadora e moralista. Seu trabalho se deu no contexto de pessoas processadas por questões relacionadas à sua saúde mental. Estuda desigualdades e programas de acesso à saúde a pessoas em situação de vulnerabilidade. A legislação de drogas no Canadá é voltada diretamente ao enfrentamento do racismo ao povo sinocanadense. O professor é antropólogo e sociólogo e estuda violências de raça e de gênero.

Principais pontos da fala do Professor Dan Small:

- A similaridade que se vê entre Canadá e Brasil são as chamadas “zonas de abandono”. Pessoas excluídas e abandonadas à violência estrutural, pessoas que vivem nas sombras da sociedade, sem moradia, emprego, centro sociais, sem acesso à cidadania etc. A fotografia de um sinocanadense faz referência à política canadense de enviar imigrantes chineses para a “ilha da lepra”. Esse processo tem relação com a desumanização do usuário interpretando o processo pela ótica da culpa do usuário. Como solucionar o problema de zonas de abandono? Transformá-las em zonas de oportunidade e apoio. Focando nos problemas do sistema e não nas pessoas. Olhar para as barreiras criadas pelos profissionais e instituições como por exemplo “abrigos que proíbem o acesso a pessoas com animais”. Além de derrubar essas barreiras é necessário mudar a mentalidade sobre o que é o sucesso dessas medidas.
- Uma das primeiras medidas em Vancouver foi o programa **HOUSING FIRST - POLÍTICA DE MORADIA**. Adictos tinham seu direito à moradia relativizado e isso foi revertido em direito fundamental. **INVESTIMENTO NAS CONSTRUÇÕES**. Investimento sócio cultural. “Moradia em primeiro lugar”. Muitos empreendimentos foram transformados em moradias sociais, inclusive um shopping center. **POLÍTICA DE GERAÇÃO DE EMPREGOS**. Adictos prestam serviços ao público em condição de vulnerabilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- **DEMONIZAÇÃO.** Artigos de jornais retratam o território de Vancouver como ruim e moralmente degradável, descrito por jornais influentes como o verdadeiro “inferno”, passando uma imagem equivocada do território e da comunidade. Parte do trabalho é de conscientização. Porém, vemos que o território abriga a primeira sala de cinema mudo, foi o berço da atividade bancária e possui uma renomada galeria de arte que foi aberta para proporcionar oportunidades aos moradores e mudar a visão que o público tinha do território. A primeira exposição foi em 2002 sobre mulheres aborígenes desaparecidas e assassinadas.
- **INJEÇÕES SUPERVISIONADAS.** Mais de 49 instalações. Diminuição da taxa de overdose, transmissão de doenças como HIV e hepatite, como objetivos biomédicos. Objetivos sociais. Validação das pessoas como seres humanos e o aumento de sua autoestima. Zonas de abandono foram transformadas em zonas de aceitação. Foi criado um centro de recursos aos usuários de drogas. Cada um recebe um cartão de identificação e possui acesso a um sistema bancário. Foi construída uma fábrica de chocolates onde as pessoas podiam morar, trabalhar e estudar para se tornarem confeitadeiras. Necessidade de satisfazer suas necessidades materiais e ter propósito e significado. Foi criado um apiário na área central onde pessoas no programa produzem mel e vendem para a cidade inteira. Ressalta que a temática é complexa e envolve, principalmente, economia, cultura e como isso influencia as políticas públicas. A proposta é encarar a temática como um problema público e não individual (das pessoas).
- Conclui fazendo uma reflexão sobre a importância da esperança. A estratégia mais poderosa na sua visão é a humanização. Mostrou foto de pessoas antes da condição de adictos para recordar que antes de serem usuários de drogas são irmãs, mães e filhos que precisam de um olhar de cuidado e atenção de todos nós.

A Deputada Janáina perguntou se fizeram um levantamento sobre o índice de criminalidade na região antes da implementação do programa, quem faz a administração das drogas ofertadas nos locais de injeções supervisionadas e se há algum estudo sobre o impacto das medidas nas pessoas que moram, trabalham e estudam no território e não são usuárias de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

droga. **Resposta:** são legalmente ministradas. As drogas eram culpadas pelo problema. Quando houve uma mudança no padrão dos comércios e dos negócios e da organização do bairro, houve uma mudança populacional. O que muda as circunstâncias do território são decisões políticas e econômicas como hotéis, comércios e bares, o que indica que não é a droga que determina as principais mudanças no território. Acredita que a comunidade deve se engajar na compreensão do problema sem preconceitos ou resistências ao diálogo e acredita que é possível encontrar um ponto de convergência entre todas as pessoas envolvidas e pertencentes ao território.

Giordano perguntou: como a polícia agiu em Vancouver? Diferenças socioeconômicas?

Resposta: a polícia é crítica do programa de injeções assistidas e demais políticas, porém entende que é parte da solução do problema. **GEORGE FLOYD.** A polícia desempenha papel central nas abordagens, que desenvolve em consonância com quatro pilares: prevenção, cuidado à saúde, redução de danos e segurança. Apresenta exemplos em que policiais socorrem pessoas em overdose e levam pessoas a centros de injeção assistida. Falar sobre a forma em que o poder público emprega os recursos na segurança, saúde e assistência social nessa temática requer a compreensão das informações culturais e os valores intrínsecos à sociedade e moralidade social, em como a comunidade decide entender essas pessoas.

Iézio Silva: ressaltou a preocupação com a saúde de todos e com os índices de criminalidade.

E indagou se essa é a realidade canadense. **Paulo Branco** perguntou: as injeções seguras são um processo ou são contínuas? As injeções têm um prazo determinado? E qual a legalidade em relação ao uso? **Resposta Dan Small:** Nós somos especialistas na “Cracolândia”.

Experiências de Vancouver para refletir sobre a realidade brasileira. Em Vancouver 40% dos dependentes químicos utilizam crack, metanfetamina e outras drogas “de fumo”. A polícia investiga traficantes e organizações criminosas. Antigamente a polícia dedicava boa parte de seus recursos em ações como limpar e organizar a cidade e hoje em dia a polícia tem uma abordagem mais social como focar em problemas estruturais e se dedicar em medidas mais simples e administrativas como prover moradias e dedicar seus recursos em questões criminais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

sérias como organizações criminosas. Os policiais têm um salário alto, algo em torno de 90 mil dólares canadenses e se dedica a questões mais específicas, o que retira o gasto público das questões de limpeza e organização da cidade e foca em apoiar os projetos sociais e combate concreto ao crime organizado. O tratamento e injeções seguras são partes do mesmo processo. Existem etapas de injeção segura, desintoxicação e recuperação e tratamento aos usuários. Não forçam as pessoas a ingressarem no tratamento por evidência que é uma abordagem ineficaz. As pessoas optam pelo fato das **PORTAS ESTAREM ABERTAS**. As taxas de desintoxicação indicam a predominância de pessoas que frequentavam o programa do uso seguro de drogas.

João Carlos de Souza ressaltou o olhar para o impacto na vida dos moradores, comerciantes e estudantes da região e entorno. Entende que todos os órgãos públicos sejam ouvidos e representados, inclusive com presença em mesa. Que os moradores e comerciantes se sentem invisíveis pelo poder público. Indagou onde os dependentes químicos serão tratados, pois no centro da cidade estão nas calçadas. Exibiu vídeos. Falou sobre um cenário de pânico e retirada dos direitos da cidadania. Lembrou o artigo III da declaração universal de direitos humanos. Direito à liberdade, vida e segurança que os moradores e comerciantes não possuem mais em razão da situação da região chamada “Cracolândia”. Leu manifesto. Qual o valor dos moradores, o valor da vida de cada morador?

Clayton Ferreira: Expôs que é morador do território, ex-usuário de crack e trabalha com redução de danos no centro de convivência É de Lei. A participação popular é importante. Lembra que as pessoas usuárias estão sujeitas a violência policial em razão da moralidade em relação ao uso de drogas. O investimento em polícia em segurança pública traz consequências negativas para todas as partes. Em uma ação policial perdeu parcialmente a visão. A redução de danos aqui no Brasil é similar à situação de Vancouver, pois uma escuta e uma atenção já é uma ação de redução de danos. Destaca que a região é marcada pelo abandono e preconceito. Lembrou que o território carece de políticas de habitação e de cultura como moradias e espaços culturais. Lembra da importância do teatro de contêineres



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

onde começou sua carreira artística. Falou do grupo de artistas trans que não possuem porta de entrada nas políticas públicas e encontram-se no território. O cuidado vem antes do tratamento, redução de danos antes do tratamento. As pessoas carecem de um trabalho e uma ocupação antes de encerrarem o uso. Indagou se há uma política de conscientização sobre a política de drogas.

Maria Angélica: ressaltou que no Brasil muitas pessoas fazem o uso injetável de cocaína, heroína e metanfetamina. Destacou que o Banco de Vancouver, que oferece benefícios financeiros aos usuários, não precisa de seguranças. Destacou também que o uso do crack causa um incômodo visual, mais que outras drogas nocivas como o álcool. Ressaltou que quando há garantia da seguridade social e habitacional, a comunidade fica mais segura e com possibilidade de escolhas. Foi coordenadora da política sobre drogas na Secretaria de Direitos Humanos de São Paulo.

Rose Correia, moradora da Rua Gusmões. Pediu para colocar um áudio. Informou que a vida virou um inferno. Durante a semana, quando fecham os comércios até as 08h da manhã, a via é tomada por usuários. Ressaltou que as noites são um tormento. Disse que os moradores estão sofrendo com o descaso dos envolvidos e governantes. Disse também que, pela manhã, as pessoas estão dormindo, as ONG distribuem marmitas, mas não limpam a via pública, causando transtorno com o lixo que atrai ratos, baratas e pombos. Necessitam de políticas públicas que tenham um olhar para os moradores que também são humanos e querem resguardar seu direito de ir e vir. Aproveitou para convidar os presentes para o manifesto dos moradores na Duque de Caxias, encontro na Praça Júlio Prestes onde está agendada a Festa Julina. Mencionou que pediu prenda para a maioria dos componentes da mesa e os vereadores presentes e não foi atendida. Enviou convites ao teatro da Mugunzá.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Terceira Reunião

Em **14 de julho** do presente ano deu-se início à terceira reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional da “Cracolândia” na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Compõem a inicialmente: Vereador Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, Sra. Sônia Francine Gaspar Marmo (Secretária de Direitos Humanos e Cidadania), Professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente (Secretária Municipal de Justiça), Dr. Alexis Galias de Souza Vargas (Secretário Executivo de Projetos Estratégicos), Sr. Alcides Fagotti Junior (Secretário Adjunto de Segurança Urbana), Dr. Rafael Bernardon Ribeiro (Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas – Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – DAPES/SAPS – Ministério da Saúde), Dr. Marcelo Ribeiro de Araújo (Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED).

O **Vereador Eduardo Suplicy** fez a abertura dos trabalhos. Trouxe uma preocupação com o índice de violência na região, pontuou que fez ele mesmo uma visita ao território, onde foi abordado por diversos usuários da cena pública de uso, que apresentaram queixas sobre estar em grande parte com ferimentos pelo corpo devido às ações truculentas da polícia.

Deputada Janaina Paschoal abriu sua fala contextualizando o uso da palavra e dinâmica da reunião. Marca a preocupação com as crianças e adolescentes da região da “cracolândia”. Traz uma lógica de questões sobre a Vila Reencontro. Questiona se criarão um gueto, um espaço de criminalidade? Passa a palavra para o secretário Alexis Vargas.

Alexis Galias de Souza Vargas (Secretário Executivo de Projetos Estratégicos): começou falando sobre o Programa Redenção, iniciado em 2017. Destacou o número de pessoas que compunham o território em vários momentos em torno de 4.000 em (2016), 2.200 (2018), 1.100 (2021) e 600 pessoas em circulação no território neste momento. Em 18 de março houve a desocupação da Praça do Cachimbo. Em 11 de abril foi desocupada a Praça Princesa Isabel. Atualmente as concentrações não passam de 200 pessoas. Pontuou que o CAPS Princesa Isabel, entre janeiro e junho, aumentou 30% o número de pessoas atendidas. O SIAT 2, um no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Glicério e outro na Armênia, tiveram pessoas encaminhadas e aumentaram os atendimentos 7 vezes entre janeiro e junho. O número de abordagens sociais aumentou 19%. Baseado nos indicadores, ele compreende que as condições no território estão muito melhor. E que na região tem 5 CAPS no momento e houve um aumento de 100% dos Consultórios na Rua, tendo 20 equipes de Consultório na Rua no momento.

Sobre o Programa Reencontro o secretário contextualizou que está em 31.000 o número da população de rua pelo último censo (aumentou 7.000 pessoas). Marcou que a Prefeitura trabalhou para o reordenamento e reorganização dos centros de acolhidas. A Inauguração da Vila Reencontro está prevista para setembro. Disse que vai abrir unidades da Vila Reencontro em outras partes da cidade e que o projeto tem três eixos: reconexão, readequação da rede de atendimento, oportunidade (emprego e renda). O Programa Reencontro está em fase de regulamentação, e que terá uma rede de atendimento como: UBS, Descomplica, Bom Prato, Fab lab, escola etc. E a expansão das possibilidades de trabalho que a prefeitura irá viabilizar.

O **Vereador Eduardo Suplicy** perguntou sobre a consideração do De Braços Abertos como parâmetros para os programas atuais da prefeitura.

A Sra. Sonia Francine Gaspar Marmo (Secretária de Direitos Humanos e Cidadania), falou da não tolerância da violência por nenhum ator do território, polícia, tráfico. Fez uma explanação sobre a condição atual do território diante da dinâmica das ações de segurança pública para desarticular a relação com o tráfico. Trouxe a complexidade dos tratamentos tendo em vista a necessidade de individualizar o tratamento. Marcou que a Prefeitura disponibilizou banheiros e torneiras com água próximo do fluxo. Trouxe os serviços de integração, saúde, serviço social, segurança (apoio direcionado e individualizado) que estão sendo implementados. Fez uma crítica a baixa exigência do De Braços Abertos aos usuários do programa.

Professora **Eunice Aparecida de Jesus Prudente (Secretária Municipal de Justiça)** fez uma explanação sobre a importância da contenção do uso das armas de fogo e a vulnerabilidade das pessoas às drogas e o caráter escravizante da condição do vício. Fez uma crítica a falta de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

uma política pública por parte do governo federal em relação ao controle das drogas, tanto lícita quanto ilícita. O papel da família na inclusão do dependente, quanto da razão por questões de discriminação da saída deste ente de sua casa. Eunice observou o desrespeito de um dos membros da plateia, que diz que o que está sendo dito por parte dos secretários é balela, diante disso ela pede para trocar de lugar com ele. O Charles então ocupa a mesa no lugar da secretária.

O Sr. Alcides Fagotti Junior (Secretário Adjunto de Segurança Urbana) marcou o trabalho pioneiro da Guarda Civil Metropolitana na região da “Cracolândia” e argumentou que o trabalho muitas vezes foi aplaudido.

Eduardo Sergio (morador) fez um questionamento, “porque não internar compulsoriamente?”

Secretário Alexis Vargas respondeu que as internações dependem do médico, mas a Prefeitura tem se organizado para ampliar a quantidade de vagas.

Maria Angélica de Castro Comis (Coordenadora do Centro de Convivência É de Lei) perguntou quais as atividades comunitárias que têm ocorrido no território.

A Secretária Sonia Francine respondeu que as equipes de SEAS têm feito atividades na região, como futebol, e que os CAPS Armênia e Glicério disponibilizam atividades.

João Carlos (morador) perguntou: por que só as famílias têm direito ao Auxílio Reencontro e não os indivíduos ou ONGS?

A Secretária Sonia Francine respondeu que ainda está sendo organizado o formato da distribuição do auxílio.

Saul Nahmias – Presidente do Conseg Bom Retiro, pergunta sobre a Vila Reencontro, como será feita a segurança do equipamento, tanto para os usuários do serviço quanto para os moradores do entorno?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Secretário Alexis Vargas respondeu que há insegurança e venda de drogas em toda cidade, mas que neste caso, terá uma estrutura de funcionários que se aterá a segurança interna do equipamento, e que a insegurança externa já será reduzida com a saída desta população da rua.

A Secretária Sonia Francine acrescentou que qualquer complexo com muitas pessoas poderá dar problemas, uma vez que a vila reencontro não terá um fluxo grande de pessoas e que a característica do público que será atendido é de famílias e não do perfil de usuários de drogas.

Neusa (moradora do Largo do Arouche) perguntou: Por que o Poder Público deixou o problema crescer?

A Secretária Sonia Francine respondeu que as pessoas subestimam o problema e cada gestão do poder público acreditava em um modelo de organização, sem considerar de maneira integrada os serviços.

Iolanda (moradora Zona Leste Penha): perguntou para o Alexis sobre o cronograma para implementação dos programas e quais as metas. Para a Secretária Soninha, perguntou quanto já se conquistou nos projetos que já existem. E, para a Secretária Eunice, questionou se não é possível organizar e pensar em políticas municipais.

Secretário Alexis Vargas respondeu que já existe edital para a construção das PPPs, no próximo mês inaugurará um SIAT na Penha, e, ainda neste semestre, a Vila Reencontro será inaugurada e a bolsa auxílio será implementada.

A Secretária Sonia Francine informou que a secretaria de DH não elabora números, mas acompanha a gestão das outras secretarias e os serviços que chegam até os usuários.

Iolanda reforçou a pergunta: como fazer oficinas e projetos sem calcular números?

A Secretária Sonia Francine respondeu que os números são algo muito ilusório, porque esta população é muito diversa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A Secretária Eunice Prudente respondeu que não há como levar avante tudo isso, sem saber como entra a droga no país. As drogas estão nas universidades, entre alunos e professores, então precisa do planejamento da política pública, todos os governos têm que dialogar.

Dr. Rafael Bernardon Ribeiro, Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas – Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – DAPES/SAPS – Ministério da Saúde, marcou que não é um profissional de gabinete, tem larga experiência e que percebe que há um desmonte da política de internação. Diz que a cidade de São Paulo por seu caráter ideológico foi a única cidade que não pediu nenhum ambulatório para internação e que a prerrogativa médica da internação involuntária precisa ser cumprida visando desintoxicar o paciente uma vez que as drogas causam, em muitos casos, doença neurológica. Trouxe os dados de uma pesquisa de uma médica do MP que mostra que nos últimos 20 anos no estado de São Paulo as internações em hospitais psiquiátricos ficaram entre sete dias a dois meses de internação.

Vereador Suplicy, faz uma intervenção com a necessidade da saída dos secretários Alexis Vargas e Fagotti Junior, para falar sobre a importância da renda básica em relação a vulnerabilidade de algumas pessoas ao crime pelas necessidades cotidianas e a falta de subsídio para tal. Entregou um livro para o Secretário Alexis Vargas.

A deputada Janaína Paschoal, recompôs a mesa com a Sra. Cecilia Galicio – vice-presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool de São Paulo (COMUDA) – e Saul Nahmias – Consegue Bom Retiro.

O Dr. Marcelo Ribeiro de Araújo – Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED? Diretor do Centro de Referência de tratamento de álcool, tabaco e outras drogas (CRATOD), afirmou que as pessoas que estão na cena pública de uso, apesar de muito complexo, tem o direito de estar na lá, apesar de entender que este direito gera conflitos com outros demais, como é o caso da condição dos moradores. Ressaltou a importância de políticas que tomem atitudes a longo prazo, lembrando de outros momentos, como foi o caso do De



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Braços Abertos, onde houve uma retirada em massa das pessoas da rua com a contratação dos hotéis onde elas podiam morar, mas que a não continuidade da política desarticulou o que deveriam ser os próximos passos que seria a manutenção das pessoas fora do contexto do uso público. Lembra que a engrenagem é difícil de ser operada, e que não haverá soluções simples, tendo em vista o tempo de estabelecimento do problema.

O Dr. Eduardo Tostes – Ministério Público (virtual) levantou a importância do vínculo com o profissional que faz o cuidado, lembrando que o valor do salário dos agentes de abordagem e cuidado, que é em torno de R\$ 1.800,00, é uma das razões pelas quais estes profissionais têm um alto índice de circulação. Pontuou sobre a fala da Deputada Janaína, quando menciona o fato do Ministério Público intervir no andamento dos pedidos de internações e processos de funcionamento dos hospitais, lembrando que o Ministério Público atua no fortalecimento da RAPS e que houve uma atuação direta no órgão na cidade de Franca onde conseguiu a abertura de um CAPS 3. Lembrou a fala do Dr. Bernardon sobre o pouco interesse na habilitação dos serviços ambulatoriais dos hospitais psiquiátricos e que, mais recentemente, o Ministério Público interviu para a habilitação de um hospital. Mas que seria interessante que o Dr. Bernardon se possível dissesse qual é realmente o valor disponibilizado para os estados e municípios para a implementação destes equipamentos e qual o custo efetivo de um paciente nestes hospitais psiquiátricos.

O Dr. Rafael Bernardon Ribeiro – Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas – Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – DAPES/SAPS – Ministério da Saúde respondeu que a média do valor do leito depende do tamanho do hospital e da quantidade de leitos, quanto mais pacientes menor os valores.

Morador (não falou o nome), disse que percebe na discussão o chovendo no molhado. Que tem muitas discussões, mas o que os moradores querem é que tenha um tratamento digno com internação involuntária. Que a Soninha dos direitos humanos e o Ministério Público não pensam nos moradores.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Wellington (Morador da Santa Efigênia) - virtual, perguntou o que pode ser feito para dar assistência para os moradores, uma vez que não há um olhar para a população que não seja os usuários de drogas?

Secretária Eunice Prudente respondeu que há serviços disponíveis para os moradores, pelo governo federal, e que há uma tentativa real do poder público de resolver o problema. Destacou que os moradores tanto dizem que está compondo a mesa no lugar dela.

Deputada Janaina Paschoal reforçou que vai chamar os agentes da segurança pública para próxima reunião e que vai como anfitriã dar voz a todos moradores.

Cleiton Ferreira (Dentinho) marcou que é morador e também usuário de crack, e gostaria de saber sobre a regulamentação da lei de políticas de drogas na cidade e sobre o auxílio reencontro.

A deputada Janaína Paschoal, devolveu a palavra para Dr. Eduardo Tostes para que responda sobre sua indagação sobre o Ministério Público intervir nas ações de interação.

Dr. Eduardo respondeu que tem muita idealização da internação, mas que é necessário pensar na redução de danos, e para melhorar a vida dos moradores é necessário melhorar a vida de todos, que não é possível esquecer que já houve hospitais como o de Barbacena.

Dr. Bernardon respondeu que o modelo de hospital que ele defende não é como o de Barbacena, mas como o hospital psiquiátrico da USP, e que o Brasil tem um número muito pequeno de hospitais psiquiátricos. E responde para o Dentinho, que o cérebro é atingido pela substância.

João – Morador, sugere que na próxima reunião os moradores falem primeiro.

A deputada Janaína Paschoal disse que toda reunião é confusa, que eles ficam reclamando de tudo, diz que são discriminados, e que ninguém ali é discriminado. Organizou com o Suplicy que dois moradores vão compor a mesa na próxima reunião para falar primeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Charles Menezes (morador) disse que os moradores não são respeitados, que o bairro não pode mais ser chamado de “cracolândia” e que o lugar dos usuários não pode ser nas ruas, as ONGs são desumanas em defender as pessoas na rua. O Brasil não tolera o tráfico, e quem não respeita as regras deve ser punido. Quer saber quanto ganha as ONGS.

A Sra. Cecilia Galicio – vice presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool de São Paulo – COMUDA ressaltou a importância dos usuários na composição da fala, na importância deste conhecimento e que a “cracolândia” é um filho da guerra às drogas. Tendo em vista que o problema é mundial, é preciso pensar estratégias de combate a esta política e que uma boa maneira é que todos participem das reuniões do COMUDA uma vez que o conselho se debruça entre outras coisas no estudo das causas científicas das políticas que tem dado certo e errado em relação ao cuidado dos usuários.

Mauricio Bovo – Fazenda da Esperança colocou à disposição a fazenda e diz que o importante é pensar em cada um individualmente.

João Carlos Andrade – Morador do Helvétia questionou o porquê que o Estado e a prefeitura não aceitaram a ajuda do governo federal, conforme o Dr Bernardon comentou.

Sonia Domingues – Moradora do Júlio Prestes disse que os moradores querem tratamento eficaz, e que quando os Direitos Humanos falam que eles não podem ser retirados da rua, é muito nocivo para os moradores, já que um dependente prejudica muitas pessoas, que têm que combater o crack.

Antonio Barreto - CAISM Philippe Pinel falou sobre seu projeto e a continuidade dos tratamentos e que tem feito, mas não justifica o programa.

Riselda – Moradora da rua Guaianazes falou para a Secretária Soninha que é direitos dos manos, que mora a 46 anos no bairro, e que um os vizinhos foram assaltados, que chama os usuários de noias. E porque os direitos humanos não cuidam dos moradores, que tem cinco



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

apartamentos, e que eles estão vazios. Que para vir para reunião tomou remédio, o filho foi assaltado. Se colocou completamente contrária à vinda dos usuários para o grupo.

O Vereador Eduardo Suplicy diz que estão para ouvir todos.

Riselda – Moradora da rua Guaianazes fez uma reclamação sobre a ideia da craco resiste.

Secretária Sonia Marmo falou sobre os muitos problemas da temática, e que apesar de parecer que o poder público não se importa, se importa sim, que concorda com a possibilidade de algum tipo de abono para as pessoas que são prejudicadas diretamente pelo conflito do território como foi o caso da lanchonete que foi assaltada, que poderia haver uma isenção de imposto por um determinado período por exemplo.

Wellington – Morador da Santa Efigênia (virtual) Fala sobre a representatividades dos usuários já está sendo feita no GT, através do Clayton (Dentinho) e pelas demais fala de suposto apoio aos usuários, a exemplo da fala do Eduardo (MP).

Maria Angélica de Castro Comis - É de Lei trouxe a história do É de Lei enquanto uma organização que atua de maneira suprapartidária e comprometida com a solução do problema do território, pontuou sua importância sendo uma ONG que desde de 1998 denuncia o fato de existir uma cena aberta de uso urbana ao poder público e ressaltou a idoneidade da organização como forma de resposta aos questionamentos sobre o interesse das ONGs na permanência da “cracolândia” por conta dos financiamentos, dirige sua fala em especial ao morador Charles.

Vereador Senador Suplicy reiterou a importância da renda básica incondicional, fala sobre a experiência do programa De Braços Abertos dando exemplos de trocas com os usuários do programa como em uma reunião proposta pela prefeitura onde se reunirão 500 usuários em que eles expressaram a importância das ações do programa para a redução do consumo do crack e reorganização do vínculo social. Se despediu e saiu.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Eduardo Sérgio da Silva (morador) questionou a defesa do MP e dos demais em relação aos usuários, marca a condição de dificuldade dos moradores e reforça a ideia dos interesses das organizações na manutenção da “Cracolândia” como meio de receber dinheiro.

Rafael Favaro – Chefe de gabinete do Vereador Moisés Marques, se apresentou como ex-dependente químico, fala sobre a experiência de dificuldade da implementação a política de internação na cidade de Rio Claro por conta das intervenções do MP, e fala sobre a participação da Deputada Janaína no processo da cidade.

Iolanda Orsi - Moradora da Penha parabenizou o trabalho da Deputada Janaina e ressaltou o fato de os secretários terem saído antes do final da reunião como pouco interesse para solucionar o problema. Pontuou a importância do cruzamento das questões colocadas por todos para que se chegue a pontos de convergências. Lembrou que a palavra mais usada foi complexidade e que por tanto é necessário contá-las para encontrar soluções.

A Sra. Cecilia Galicio (COMUDA) respondeu ao morador Weliton que a questionou sobre a representação dos usuários no GT, dizendo que os usuários precisam estar presentes não apenas nestes espaços, mas em todos os outros em que se encontra o debate em torno da criação de políticas direcionada aos usuários de drogas e que assim como defende a presença deles, também o faz em relação a presença dos moradores, para ser justo.

Dr. Rafael Bernardon Ribeiro – Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas trouxe os exemplos de outro países, ressaltando a Holanda, dizendo que o modelo no país que tem uma fama de ser liberal, tem regras e que um dos critérios é que os usuários não têm o direito de perturbar a ordem pública, ou qualquer pessoa quando estar fazendo o uso no espaço público, marca que o cadeião de pinheiros é uma prisão que foi separada para levar os usuários quando presos e lá eles tem que ficar em abstinência na marra, e porque não levar tratamentos clínicos para estes espaços.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Charles Menezes respondeu a Maria Angélica sobre não estar se referindo a ela ou sua organização quando falou das ONGs que se beneficiam da situação da “cracolândia”, que não sabia que ela fazia parte de uma organização, e que se a organização é séria que ele apoia, ressaltou que ele mesmo faz parte de um fórum sobre direitos humanos é LGBTQIA+.

Maria Angélica de Castro Comis (É de Lei) pontuou que era importante trazer uma contra narrativa sobre as ONGs, e que entende que as pessoas tenham dúvidas, mas que é preciso nomear para que não pareça que toda organização que faz um trabalho na “cracolândia” é desonesta, que inclusive a equipe de campo da organização tem tido grande dificuldade com a polícia os tratam como se fossem inimigos.

Deputada Janaina Paschoal, agradece a presença de todos e encerra a reunião.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Quarta Reunião

Em **04 de Agosto** do presente ano deu-se início à quarta reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional da “Cracolândia” na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Compõem a mesa a **Deputada Janaína Paschoal**, o Delegado Severino Pereira de Vasconcelos, o capitão Francisco, Promotor Eduardo Tostes, Promotor Arthur Pinto Filho, Sonia Maria Domingues do Melhora Campos Elíseos.

Esteve presente o **Delegado Severino Pereira de Vasconcelos**, que assumiu a partir de fevereiro de 2021 o 77º Distrito Policial com a incumbência de enfrentar a situação da “Cracolândia”. Após leituras e pesquisas sobre o fenômeno da “Cracolândia” foi deliberado e montado a Operação Caronte. Sendo assim, foram elaboradas seis fases com estratégias de atuação e com uso de investigações para poder enfrentar aquele aglomerado de pessoas usuárias de drogas que se concentravam na Praça Júlio Prestes, com uma média de mil pessoas durante o dia, duas mil à noite e chegando a três mil pessoas nos finais de semana na cena de consumo de drogas. Ele opinou que a droga pode ser retirada rapidamente do consumo, pois o usuário não falece. Com diversas internações compulsórias e através de diversas prisões em flagrante, muitos usuários são levados para o sistema prisional e lá não podem fazer o consumo da substância, dessa forma, após o momento da fissura logo se recuperam. Ele complementou que o sistema da organização criminosa no Brasil é peculiar, do tipo prisional. Nasce na prisão e vem para as ruas, diferentemente do crime organizado que acontece nos EUA (mafioso) e na Europa (empresarial). Considerou que:

- o tipo de droga predominante no Brasil é a cocaína, sendo o crack a parte podre, comandado pelo crime organizado prisional que entendeu que o espaço que estavam localizados e concentrados os usuários se tratava de um lugar bom para ganhar dinheiro e para custear alguns irmãos do PCC, tendo assim um ponto de venda de drogas;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- O espaço territorial era arrendado pelo crime organizado, com esse tendo ainda o poder de anuência. Cobrança semanalmente de valor para oferecer ao dono do ponto a segurança e a composição do litígio (manutenção da justiça naquele território);
- Com efeito, surge dessa forma a necessidade em desenvolver uma estratégia para combater a organização criminosa que explora o traficante e o usuário (a empresa criminosa/objetivo);
- Após a observação do cenário macro, com análises e o desenvolvimento das investigações, se tem a missão de combater os traficantes explícitos donos das tendas;
- As prisões aconteceram fora do território da “Cracolândia”, em suas residências, nas regiões de Jandira, Barueri, Carapicuíba, Itapevi (rota do trem), que abasteciam suas tendas e passavam então a angariar lucros com a venda de outras drogas como a cocaína, maconha, haxixe, lança perfume.

O delegado complementa que, por ser considerada a maior boca de centro de distribuição de drogas, muitos dos usuários a buscavam durante o período noturno e nos finais de semana para as baladas. Nas feiras dos “nóias” eram comercializados diversos produtos furtados e também documentos eram negociados com os receptadores ali mesmo, para assim fazerem a troca e promover a capitalização para comprar a droga (crack) e com isso faziam também a parte de conter a segurança pública para que essas não chegassem até as barracas/tendas.

Foi pontuado também que a atuação das prisões aconteceu assim: de fora para dentro, nos hotéis também aconteceram o desmonte da segurança do crime organizado e de traficantes. O fluxo foi desgastado a partir de ações que foram feitas entre a GCM e a PM através de um serviço de observação e monitoria que facilitaram para que ocorressem diversas prisões. Com as filmagens apuradas das vendas de drogas explícitas, as prisões em flagrante se deram pela prática do crime organizado, tráfico de drogas e associação ao tráfico, conforme o poder



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Judiciário e Ministério Público por meio de relatórios montados. Houve, ainda, denúncias e condenações.

Em consequência, o delegado afirmou que houve a deliberação do crime organizado a fim de deslocar-se para a Praça Princesa Isabel no mesmo esquema, pois precisam de um território para expor a droga, sendo necessária uma tranquilidade para que o traficante consiga convencer como uma feira aberta à venda da mercadoria. Após uma incursão no local, ocorre a diluição para um outro local, no caso, para a Rua Frederico Steidel e uma com a formação de um grande núcleo novamente, depois com ação da polícia, foram, em seguida, para a Rua Helvétia e a partir daí o fracionamento pela cidade. A dispersão faz parte da Operação Caronte, como uma estratégia de guerra que consiste em dividir para conquistar, pois com núcleos menores de concentração de usuários, as forças policiais de área constituem-se assim, a condição de agir para prender os traficantes e coibir as cenas de uso. Afirmou que a alegação de que as dispersões afastam os usuários dos serviços da assistência social não se sustenta, pois as opiniões, na sua visão, não parte de especialistas no assunto. Reafirmou que estão dividindo para conquistar. A investigação conseguiu atingir a alta cúpula do crime organizado com a prisão de duas pessoas expressivas que coordenavam toda a distribuição de drogas na região. Outros estão aptos a substituí-los. Afirmou que hoje é possível adquirir uma porção de crack com cinco reais. Dinâmica de dois agentes, um com a droga e outro com o dinheiro. Atualmente, não se tem mais essa situação cômoda ao qual os moradores estavam condenados, por meio de forças ativas conduziram assim para a resolução dos problemas. Denomina-se como “força ativa”, e destaca que depois de uma ação concreta da força ativa surgem forças “reativas”, afirma que ama a cidade e quer deixar uma contribuição com a cidade, apesar de ser natural do Estado de Pernambuco.

Segundo o delegado, a questão do usuário é simples: A Lei vigente explicita que não se pode transportar drogas para uso próprio. Quando o uso acontece, imediatamente, experimenta um ganho de potência que descreve como com o “tuim”, o que permite o aumento da audição, olfato, força física, libido, mas depois de 15s, 20s volta à realidade. O delegado ainda afirmou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

que o crack é administrado por pessoas que não puderam superar problemas e que recorrem a prazeres imediatos, porém a escolha de se ter o prazer imediato de quem “goza quando fuma” é uma escolha individual. Afirmou que é obrigatório identificá-los como “doentes”, o que nos impõe essa situação. Complementou que são pessoas que “vendem a alma” pelo próximo trago, que são pais que vendem as filhas, vendem a bandeja, a marmita e comercializam, assim como fazem com os cobertores. Destacou que os usuários se mostram em situação de vulnerabilidade apenas para obter o necessário para o próximo trago, ou seja, para manter o uso da droga. A solução para essa questão é combater o tráfico de forma ferrenha e combater o uso explícito das drogas nas vias públicas de forma ferrenha. Assim como a saúde deve ser prestada para os que queiram sair do vício ou retornar ao seio familiar. Afirmou que as famílias não suportam os usuários que são acumuladores e afastam todos com o acúmulo de lixo. Complementou que as pessoas expeliam os usuários e até a segurança pública abandonou o território que foi dominado por uma organização criminosa. Informou que existem armadilhas na internet para quem se destina a pesquisar a questão. Na sua visão, o grande erro foi tolerar o uso explícito da droga, lá atrás, a partir daí a conquista territorial e depois a organização criminosa entendeu que poderia dominar o espaço e, assim, o fez.

Destaca-se a presença de **Amanda Amparo**, pesquisadora e antropóloga da USP que atua na região, **Dimitri Sales** do CONDEPE, **Fernanda Balera**, DPE, e **Marcelo Araujo**, do CONED.

O Capitão da PM, **Francisco Wohnrath**, ressaltou a importância do princípio da dignidade da pessoa humana, pois é preciso utilizar de ações coordenadas, uma força tarefa para unir esforços a partir de ações concretas. Afirmou que existe um ciclo vicioso na rotina dos usuários e que isso deteriora a região central, pois, na sua visão, o usuário ataca a população e moradores locais por dependência da droga. Complementou que os usuários acumulam lixo e objetos como “formigas” e que não adianta apenas movimentar as pessoas. Já utilizaram bombas, gás lacrimogêneo e não deu resultado. Acredita na eficácia da internação compulsória pois aquela pessoa já perdeu todos parâmetros de dignidade e existe uma resistência por parte dos usuários. Afirmou que na próxima semana haverá uma ação da concessionária de energia



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

onde os usuários serão deslocados para outros locais. Muitos abordados são procurados da justiça e são encaminhados ao distrito policial. Não fazem mais “virada de fluxo” por receio de que os usuários se revoltam e se voltem contra policiais e contra moradores. Ressaltou que há degradação do centro por falta de iluminação, semáforos quebrados ou depredados. Entende que a internação compulsória é o melhor caminho e que a criação de um ambiente inóspito levará o usuário a optar pelo tratamento.

A **Deputada Janaína Paschoal** indagou aos representantes da polícia civil e militar se há algum estudo sobre o impacto da construção da Vila Reencontro no território e na vida das pessoas do entorno da região. Fez um questionamento sobre a qualidade das moradias habitacionais. Como resposta, o **Delegado Severino** destacou que não pode ser permitido o uso de droga em qualquer lugar e que o usuário que estiver na posse de droga deve ser preso e conduzido ao distrito policial. O **Capitão Wohnrath**, por sua vez, asseverou que o local destinado a usuários deve ser mantido sob vigilância, pois o comércio de drogas dificilmente se intimida com mudanças ambientais.

De acordo com o **Dr. Eduardo Tostes – Ministério Público**, o problema é complexo. Discordou do Delegado Severino, que, para além de ações da segurança pública, faltam ações de saúde, assistência e cidadania, como o fortalecimento da rede psicossocial e trabalhos integrados. Afirmou que as políticas baseadas na “dor e sofrimento” não são eficazes em situações como a que vimos no território e que o próprio capitão destacou que dispersões com bombas são ineficazes. Relembrou que o Ministério Público não está a favor do crime organizado, e que já foi membro do GAECO. Para ele, são necessárias políticas públicas com ações integradas de serviços de saúde e assistência social. No interior de São Paulo acompanhou dezenas de procedimentos em que constatou que, após um curto período de tempo do tratamento disponibilizado pelo Estado, a maioria das pessoas retornam à situação de drogadição e vulnerabilidade, o que demonstra a ineficácia da internação compulsória.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

O **Dr. Arthur Pinto Filho** (*on-line*) – Ministério Público, que acompanha a região desde 2012 relembrou a operação Dor e Sofrimento, que foi uma ação extremamente violenta em que se criou um ambiente inóspito para que os usuários procurassem a internação compulsória, por conta da ação da Polícia Militar. A ideia era criar dor e sofrimento para que as pessoas fossem para as comunidades terapêuticas (internação), e, em torno de um mês os usuários saíam sem trabalho, sem moradia, sem renda, sem educação e voltavam para a “Cracolândia”, apanhavam novamente e voltavam a ser internados, o que gerou um ciclo vicioso por falta de uma porta de saída organizada. Para ele, a internação compulsória não funciona. Não há uma porta de saída organizada, a exemplo de experiências internacionais. Ao sair da internação a pessoa precisa ter moradia, trabalho e renda. A internação compulsória não se mostrou eficaz. Existem especialistas e técnicos no assunto, médicos e psiquiatras. Avaliou que o crime organizado não está limitado à região da “Cracolândia”. Hoje a polícia ocupa o posto central de ocupação do território. Ainda no governo do prefeito Doria, foi construído o projeto Redenção com a oitiva de diversos técnicos, que nunca foi executado. Afirmou que não existem soluções rápidas, mas sugeriu: a polícia deve sair do papel central e estar na retaguarda das ações do poder público e quem deve estar no posto de comando é a saúde e a assistência social. Deve haver continuidade do fortalecimento de equipamentos como os de Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica - SIAT que hoje estão sobrecarregados (SIAT Armênia e SIAT Glicério) e são de extrema importância. É preciso estabelecer um projeto de moradia, trabalho e renda após a saída de hospitais psiquiátricos e/ou comunidades terapêuticas. Faltam mais contratações de orientadores educacionais que contemplem suas atividades durante os períodos de maior fluxo (à noite) e nos finais de semana para aprimorar um forte vínculo entre o usuário e o poder público, o que dificulta a relação entre as partes sem estes. A assistência social tem 42 orientadores que precisam **estabelecer um vínculo de confiança** entre o usuário e o poder público que ganham em média R \$1.800,00. Há uma **grande rotatividade** de profissionais, e não há profissionais suficientes. Afirmou que há dois atores mancos: a saúde e a assistência. A Prefeitura ficou de entregar mais duas unidades de SIAT na região central, conforme reunião em abril de 2021 com o Secretário de Assistência Social e, também, a entrega de mais seis



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e de transformar seis CAPS II (mais frágeis) em CAPS III (mais potente pois tem a possibilidade de internação), porém não houve a criação de nenhuma vaga a mais. Sobre a internação compulsória, medida adotada pela Prefeitura, foi apurado que o hospital utilizado pela prefeitura não tinha alvará de funcionamento e tinha a finalidade de atender tratamento basicamente de questões psiquiátricas. Foi criada assim uma ala, mas sem o alvará. O Ministério Público não tem as informações que a lei exige, o que torna as internações ilegais. Ressaltou que a lei não permite mais a internação compulsória e para a internação involuntária é necessário um laudo médico substancial e a concordância de um ente familiar ou da área da saúde/assistência para que, no máximo de três meses, o usuário seja desintoxicado, mas precisa de um acompanhamento, uma acolhida continuada, um apoio. A lei exige que a pessoa deve ser acompanhada pela assistência social após alta médica. Afirmou com absoluta certeza que apenas a internação involuntária não resolve o problema de drogadição. É notável cerca de 20 minicracolândias na região central. Necessária uma mesa de negociação com Polícias, secretarias, CREMESP, CRP, COMUDA, CONED, Entidades que atuam na região, Igrejas, Representantes dos Usuários devem estabelecer uma forma de encaminhamento e diálogo civilizatório para que as vítimas (usuários e moradores) não sofram mais com essa insuportável situação.

A deputada Janaina requereu a juntada do projeto Redenção no Grupo de Trabalho.

A **Dra. Juliana Valente – OAB/SP** apontou para o medo, e ressaltou que seja combatido o crime organizado. Destacou também para um processo de ressocialização e humanização, fez referência às ameaças aos moradores e que a repressão policial alimenta a ilegalidade e as violações de direitos humanos de todos que ali transitam. Afirmou que as vítimas estavam descalças, de bermuda. Mencionou que colheu testemunhos e presenciou no território assassinatos, ao todo três, que foram cometidos por agentes públicos da polícia civil e GCM. Duas pessoas atingidas com bala de borracha na face. **A doutora Juliana foi interrompida pela plateia e a Deputada Janaína pediu ordem.** Afirmou que o Delegado se disse a própria lei e a ordem em situação de invasão a domicílio cometido por policiais que estavam sob as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ordens do doutor Vasconcelos. Apresentou imagens onde policiais civis e a GCM filmam pessoas e comércios na intenção de onde os policiais intimidam e ameaçam moradores das ocupações e pensões da Helvetia com a Barão de Piracicaba. Apresentou filmagens de um homem negro, magro, alto, aparentemente 45 anos que foi atingido por uma bala de borracha pela polícia. Afirma que, pela percepção da imagem e o que foi apurado no momento, o homem não é usuário. Mostrou imagens da antropóloga Amanda Amparo com um rapaz que foi acordado com spray de pimenta e passou mal por isso. Juliana mencionou que o recolhimento dos pertences das pessoas em situação de rua é reflexo da contingência local, considerando a validação do relatório da OAB. Apresentou um mapa dos 16 pontos de dispersão do fluxo.

A **Dra. Fernanda Balera** - Defensoria Pública, Núcleo de direitos humanos e cidadania, informou que atua desde 2012 com os atendimentos itinerantes na defesa das pessoas mais vulneráveis, problema que nasce em decorrência da desigualdade social e pobreza. Mencionou que o maior problema é o que decorre da desigualdade de renda e do racismo, segundo estudo da Fiocruz. Destacou o orçamento histórico e que não possui um programa de renda. A maior parte da população que está em situação de rua é de pessoas negras. Afirmou que acompanhou remoções durante o período de vigência da decisão do STF sobre o despejo zero e acompanhou diversos expedientes processuais de violações de direitos humanos, inclusive como assistente de acusação pela família de Raimundo Nonato, assassinado pela polícia na operação Carontes. Mencionou que pessoas são retiradas de suas casas que são emparedadas sem o devido processo legal. Relembrou o programa **Moradia Primeiro** que funciona na cidade de Franca-SP. Um membro do programa testemunhou “antes eu acordava e fumava pedra, agora eu acordo e tomo um banho”. Visitou três residências onde as pessoas estão se recolocando na sociedade. Relembrou a moradia como direito fundamental e dá exemplo da mulher que está sozinha na rua. Que a política de redução de danos comece pela moradia permanente, da garantia de autonomia e dignidade humana, um tratamento adequado. Em 2017 e 2018, quando houve internações compulsórias, foram constatados diversas violações de direitos humanos e uma ineficiência das medidas. As pessoas não suportam as operações, mas os serviços oferecidos públicos não oferecem continuidade e um atendimento



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

específico, com um atendimento “padrão” que não atende ao princípio da especificidade de cada caso. Afirma que o SIAT por si só não viabiliza o vínculo com os usuários. Necessidade de atacar o problema na origem que é a desigualdade social e pobreza. Não acredita que as pessoas usem drogas simplesmente porque querem e que a questão é muito complexa. Há necessidade de levantamento efetivo e permanente sobre as condições dos usuários, como a validação dos pontos convergentes. Mencionou ainda que as forças de segurança pública passam por um adoecimento psíquico muito extremo, os guardas ficam doentes (caso de suicídio e violência doméstica) e com isso foi feita uma parceria entre a Defensoria Pública, a Secretaria de Segurança Urbana e o Instituto de Psicologia da USP para oferecer acolhimento psicológico à GCM, pois tratar dos agentes que estão na ponta é, sim, Política de Direitos Humanos, assim a mesma iniciativa segue à Segurança Pública, ainda sem devolutiva.

A **Sra. Sônia Maria Domingues – Melhora Campos Elíseos** fez questionamento sobre as Leis que não são cumpridas em relação a convivência e do perigo real dos roubos, furtos, arrastões e barulhos cotidianamente. Afirmou que faltam serem apresentadas as estatísticas a respeito do sofrimento dos moradores com síndromes, ansiedade, depressão; de quantas toneladas de lixo são retiradas diariamente oriundas dos adictos e das marmitas e doações que são deixadas; de quantos comércios foram fechados por conta dos assaltos e da falta de segurança na região central e em consequência o aumento do desemprego; da saúde mental dos agentes policiais bem como dos fios roubados, que geram a falta de energia em diversos prédios; do impacto das cenas de uso nas crianças e dos cachimbos expostos nas calçadas, o que deriva um centro caótico.

O **Sr. Charles Menezes – Crack Não, Solução** requereu a participação social como o principal protagonista da solução enfocada, solicitou inclusive, a liberação de imagens onde vemos a própria sociedade civil fazer justiça com as próprias mãos em meio aos arrastões, da depredação do comércio local, da invasão de imóveis, bem como diversas agressões, roubos e violências aos moradores. Apontou para a extrema falta de segurança no território, assim como a violação da perturbação de sono (solicitar uma cópia do documento nº 3701901 de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

01.08.2022, apresentado pelo mesmo, onde contém todos os protocolos, manifestos, petições e abaixo assinados registrados nos órgãos responsáveis). Apresentou algumas imagens onde pessoas estão aparentemente furtando e assaltando na região central. Estiveram em reunião com o delegado Severino e o 77° DP. Afirmou que as pessoas não estão no gozo de sua capacidade mental e isso autoriza uma intervenção policial. Propôs uma reunião para discutir. A polícia deve cumprir e de alguma forma isso fundamenta a operação Caronte. Ressaltou que não bastam ações policiais. Criticou o programa De Braços Abertos e outros municípios dispensavam pessoas no território da cidade.

A deputada Janaina afirmou que muitas pessoas após o tratamento voltam ao vício. Complementou que a melhor saída é não entrar e que busca combater o discurso de glamourização da droga.

Doutor Delgado Severino afirmou que nunca “recebeu sim” a visita dos direitos humanos. Complementou que a Dra. Juliana já é sua conhecida e que sempre o aborda no momento da operação e para cumprir com seu trabalho utiliza de palavras diretas e age de forma sucinta.

Ivani, moradora da Rua Helvécia, relatou **que a pensão onde mora foi interdita pela Prefeitura**, que cuida do marido e que tira seu sustento de lá. Que são moradores e trabalhadores que acordam cedo para ir trabalhar. Questionou sobre a notificação do imóvel que foi feita sem um tempo hábil para os reparos e que está procedendo às mudanças que lhe competem com as suas próprias economias. A Deputada indicou orientação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Em resposta, afirmou que o dependente químico precisa ser abraçado.

Para **Andreia Silva Araújo**, comerciante da Rua Helvécia, se tivesse condições de proporcionar para ela e seus filhos um outro local para morar, já teria saído daquela situação, que os usuários chegam a roubar os próprios moradores, falta lazer, segurança e diversão para as crianças. Afirmou ser trabalhadora e moradora local. Os proprietários exigem aluguéis sem considerar as dificuldades. Pede que os policiais respeitem os moradores, pois nem todos são bandidos. Seus



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

filhos ficam a maior parte do tempo dentro de casa com receio da violência. Afirmou que são diversas dispersões e que isso prejudicou a situação do bairro de forma geral. Complementou que alguns policiais já acusaram ela e seus vizinhos de criminosos.

A **Defensora Fernanda Balera** mencionou ainda que as forças de segurança pública passam por um adoecimento psíquico muito extremo, os guardas ficam doentes (caso de suicídio e violência doméstica) e com isso foi feita uma parceria entre a Defensoria Pública, a Secretaria de Segurança Urbana e o Instituto de Psicologia da USP para oferecer acolhimento psicológico à GCM, pois tratar dos agentes que estão na ponta é, sim, Política de Direitos Humanos.

O representante do CONSEG Bom Retiro, **Sr. Saul Nahmias**, perguntou sobre o Programa Vila Reencontro, pois a secretária Soninha Francine disse que seriam em grupos menores, contrariando a fala do prefeito em visita técnica, de serem em torno de 1.400, 1.500 pessoas e sobre as medidas de segurança para evitar a entrada de drogas. Segundo a deputada, em visita ao gabinete da secretária e quando esteve presente em outra reunião, ela compreendeu que ao todo seriam 1.300 pessoas em unidades pequenas que acolheriam famílias. Afirmou que existe o protocolo de manifesto, feito um ano atrás na Defensoria Pública e no Ministério Público. Questionou se receberam e foram informados. O representante Eduardo Tostes do Ministério Público se comprometeu em levar a cópia do manifesto para o Dr. Arthur Pinto Filho e estão abertos para o diálogo, em sequência interrogou-o sobre a proposição de diálogo com a sociedade civil, pois ainda estão em aguardo de devolutiva. A Defensora também se dispôs imediatamente ao diálogo.

O **Dr. Augusto Myung Ho Kwo - Presidente da Associação Brasileira dos Coreanos** mencionou que, apesar de também serem impactados com a situação da “Cracolândia”, mais uma comunidade vítima, que ainda se sentem imigrantes e levará o conhecimento compartilhado na presente assembleia que afirmou serem muito útil e que aprendeu bastante e levará o conhecimento aos seus pares. Ficou feliz em ver o equipamento público para a discussão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A **Sra. Francisca Nunes Chiovitti – Conseg Cambuci/Aclimação** afirmou que o POT não é interessante às pessoas em situação de rua. Questionou se as forças de segurança teriam solicitado esses serviços de outras áreas, como assistência social e saúde. O **Delegado da 77º DP respondeu** que seu trabalho não é complexo e que as pessoas que não acompanham. Que no caminho de suas ações encontram pessoas dispostas a enfrentar e ajudar; a Prefeitura, Zeladoria, a GCM, Assistência Social e Saúde. Afirmou ser o responsável por aquela operação, inclusive sobre a vida dos civis enquanto estiverem trabalhando nela. E que a Juliana estava atrapalhando seu trabalho.

O **Sr. Marco Antônio – Presidente do Conseg Santa Cecília** mencionou o Dr. Vasconcelos que encontra nas reuniões do conseq. Considerou importante separar os segmentos e como tratar, pois é difícil para todos os munícipes ter a “Cracolândia” em sua porta. Também ressaltou ser importante dar tempo para o prosseguimento da Operação Caronte, estratégia que, segundo ele, está dando certo, pois já conseguiram prender mais de 150 traficantes.

A **Sra. Neusa Pereira – Conseg Jardins/Paulista** mencionou a minicracolândia que ali se forma e denunciou os constantes assaltos e roubos. Diz que a ciclovia é um ponto sensível para ser furtado. Barraquinha na paulista.

A **Sra. Francisca Nunes Chiovitti – Conseg Cambuci/Aclimação** indagou sobre a situação das crianças e adolescentes. A Deputada afirmou que é preciso uma alteração mais transparente na Lei em relação à responsabilidade de levá-los para um abrigo.

O **Dr. Marcelo de Araújo – CONED** afirmou que a “Cracolândia” não é um lugar digno para ninguém, deve ser um projeto de ações conjuntas, com papel e metas definidas ao decorrer desse tempo de transformação territorial, como o acompanhamento do progresso e os impactos. Interrogou ainda sobre o adoecimento dos usuários aprisionados pelo narcotráfico e sobre uma política habitacional pelo Estado e pela Prefeitura de São Paulo. Ressaltou que falta mais união, com metas e etapas. As pessoas já perderam tudo e não possuem outra alternativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

O programa recomeço durou pouco dias e não surtiu efeito. Padrão suíço não se aplica a todas pessoas.

A **deputada Janaína** afirmou que apenas a moradia poderá incentivar o ócio. Doutor Marcelo afirmou que a maioria das pessoas não possuem qualquer estrutura e que uma moradia é um primeiro passo para que as pessoas tenham alguma oportunidade. As medidas de segurança logo se exaurem. A indagação é como as pessoas podem sair do território já que ficou comprovado que as pessoas que conseguem uma mudança o fazem de fora do território.

A **Sra. Jozy Ellen Lemos – Gestora de Políticas Públicas** e moradora do complexo Júlio Prestes iniciou sua manifestação e a conexão caiu.

O **Sr. Deleon Pitta** questionou sobre a participação do Ministério Público nas reuniões do CONSEG para falar com a população. Em resposta, o Dr. Eduardo Tostes, do Ministério Público, afirmou que será encaminhada a participação de um representante adequado.

O **Dr. Paulo Silveira – Observatório das Adições Brunce Alexander (on-line)** alegou que, a “Cracolândia”, por estar em movimento, possui quatro fontes de pessoas que frequentam:

- Imigrantes do Brasil inteiro que vão para São Paulo em busca de trabalho, emprego e quando não conseguem acabam nas ruas e eventualmente podem permanecer no território da “Cracolândia”;
- Moram na “Cracolândia” cortadores de cana vindos do interior do Estado de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, que os próprios usineiros distribuem o crack para eles, para aumento de sua produtividade no corte de cana, o que efetivamente aumenta, assim como aumenta os acidentes de trabalho e, quando existe um número significativo de ex-cortadores usuários, os usineiros enchem um ônibus e os largam em São Paulo;
- Moram também, doentes mentais abandonados pela família que não dá suporte, sejam fugidos de casa e de clínicas ou abandonados mesmo;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- Moram ainda ex-integrantes de classe média e classe alta que foram perdendo poder aquisitivo e acabaram nas ruas. Não podemos nunca esquecer que dos 95% dos consumidores de drogas no Brasil são de classe média, classe média alta. Certamente o policial tem o conhecimento de hotéis para o uso livres de drogas, participação de festas com o uso de drogas, inclusive do crack;
- A elite brasileira é a segunda maior usuária de cocaína no mundo, só perde para a elite americana. Segundo pesquisa da FIOCRUZ 78% dos usuários de crack no Brasil querem se tratar, mas não tem onde. Está em diálogo com a Prefeitura para a elaboração de uma alternativa de saída para os usuários.

A **Amanda Amparo** participou de forma *on-line* e considerou importante entender o perfil destes usuários. Informou trabalhar com a coleta, sistematização e análise de dados tanto qualitativos quanto quantitativos e ressaltou que, para os usuários e moradores, a garantia de direitos humanos é de vital importância. Acredita na validação e respeito das pesquisas que estão sendo desenvolvidas. Salientou, ainda, sobre o papel do Estado e o impacto na vida dessas pessoas. Fez menção ao fato que foi destacado pela Dra. Juliana quando um homem foi despertado com spray de pimenta e acordou quase convulsionando, o que passou a chorar desesperadamente. Informou se preocupar com a fala do delegado que procura validar seu trabalho, mas destaca para outros trabalhadores no território.

A **Dra. Cecilia Galicio** ressaltou que o **COMUDA**, Conselho Municipal de Políticas de Drogas e Alcool do Município de São Paulo, pretende ser um espaço permanente de fiscalização do resultado das políticas públicas. Questionou quem tem a condição de fazer um diagnóstico, se a pessoa que faz abuso do uso de substâncias não tem condições de decidir por si mesmo para a internação involuntária, que é de responsabilidade do médico por meio da observação e, ao atestar, ao Ministério Público compete a ação de fiscalizar essa situação e o Juiz autorizar. Questionou a opinião da segurança pública a respeito da Lei de Internação Compulsória e quais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

seriam as entidades e instituições envolvidas na organização que fazem parte da sexta fase da Operação Caronte e se existe alguma política relacionada ao usuário.

Em resposta, o **Sr. Francisco Wohnrath** – Capitão da PM afirmou que, sobre a Lei de Drogas, cabe o cumprimento das normas, dever legal do que a lei determina e é a que está em vigor, ao qual temos de obedecer. Em relação à Operação Caronte, é uma operação da Polícia Civil com o uso de apoio da GCM, porém com limitações físicas e de Legislação, que são ações concomitantes ou simultâneas e em relação às internações, a PM tem limitações. Afirmou que as pessoas se encontram em situação deplorável e que não temos ferramentas para mudar isso, o que exige uma postura mais enérgica, e que a polícia está enxugando gelo e exaustos.

A **Deputada Janaina** esclareceu que a parte especial do código penal é de 1941, a parte geral que traz os princípios é de 1984 e diz que houve mudanças pontuais tanto na parte geral quanto na parte especial. De acordo com ela, em 1941 o art 285 que tratava da questão das drogas não diferenciava o tráfico do porte para uso. Em 1976, foi promulgada a Lei 6368, que já diferenciava o crime de tráfico do crime de porte para uso próprio, prevendo pena privativa de liberdade para os dois comportamentos, só que penas muito distintas (285 a mesma pena). Sob o ponto de vista de garantias individuais, do princípio da proporcionalidade, a Lei de 1976 foi um avanço com relação ao Código Penal de 1941. Em 1995, foi editada a Lei N° 9099 que, no ano seguinte, foi alterada, legislação aplicável ao juizado especial criminal, aplicável às infrações de menor potencial ofensivo, sendo aquelas que têm a pena máxima de até dois anos. Para essas infrações, a Lei previa pena privativa de liberdade, mas surgiram instrumentos, medidas alternativas em caso de porte para uso próprio e começaram a passar pelas audiências preliminares, onde o Ministério Público passou a propor uma transação penal que são medidas que não implicam numa privação de liberdade, ou seja, sob o ponto de vista da legislação penal, era prevista pena privativa de liberdade para porte, para uso próprio e obviamente para o tráfico uma pena muito maior. A partir de 1995, com essa legislação do juizado especial criminal, já não se aplicava mais prisão para o porte e para o uso próprio por força de instrumento, mas em 2006 foi criada a Lei do Art 28, em que já não era prevista pena



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

privativa de liberdade para porte e para uso próprio, importante ser esclarecido. Sob o ponto de vista da Legislação, não tem prisão para quem porta para consumo próprio, tem resposta penal, tem audiência preliminar, pode ter aplicação de multa, pagar cesta básica, alguma medida nesse sentido. Mas agora, no sistema, tem muitos usuários que não foram presos por serem usuários, eles podem ter cometido algum ato previsto como crime até em virtude da dependência ou para conseguir recurso para obter a droga, mas o tipo penal que levou esses cidadãos pro sistema penitenciário, não é o tipo penal para uso próprio. A deputada indicou marcar um fórum de discussão legislativa, se oportuno.

O **Sr João Carlos** referiu-se sobre a possibilidade dos múltiplos tratamentos aos usuários, mas sente a necessidade de um tratamento real próximo das famílias, de pequenos grupos como o AA (alcoólicos anônimos), de um tratamento constante, sem ser nas ruas. Apontou para as violências sofridas não só pelos usuários, mas pelos moradores e trabalhadores da região que também estão desamparados e que precisam de uma porta de saída, pois também sofrem com isso. É necessário ainda um levantamento e estudos sobre os usuários que desejam parar com uso de tais substâncias. Em complemento, o Sr. Marcelo, psiquiatra e diretor do centro de referência de álcool e drogas, afirmou que é preciso estruturar um local para o tratamento do usuário como uma investida social, como uma estratégia digna para retirar o usuário da droga das cenas de uso.

O **Sr Irven Alvino** questionou o Sr. Marcelo sobre a violência de um familiar por conta de usuários e sua opinião em relação às pessoas que sofrem com a síndrome do pânico e depressão. Em resposta, mencionou que estas são pessoas doentes e precisam ser retiradas de lá, porque, em decorrência de sua doença, elas são potencialmente capazes de fazer muito mal às pessoas, um problema grave premente que envolve não só as questões de segurança pública, potencialmente agressivas.

O **Dr. Marcelo de Araújo – CONED** afirmou que as pessoas precisam saber o que comer, beber e como se abrigar no frio. E é uma engrenagem a ser movida para que as pessoas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

recebam acompanhamento para dar continuidade ao tratamento. O médico reconheceu que as pessoas em situação de vulnerabilidade no fluxo podem apresentar algum risco aos moradores, porém as pessoas podem ser melhor atendidas.

A **Advogada Renata** considerou que o processo de elaboração de leis é fundamental na resolução desse conflito, porém diversos setores são impotentes, pois a Lei é fraca com relação a tratativa dos usuários, e o livre arbítrio destes em relação ao ciclo vicioso que ainda persiste, como um entendimento amplo entre os poderes legislativo, executivo e judiciário. Referiu-se à Janaína Paschoal como possível candidata ao Senado. Afirmou que balas de borracha são justificáveis em razão da hostilidade dos usuários. Complementou que a lei é fraca e que fez a defesa criminal de pessoas acusadas por tráfico com “vergonha”.

O **capitão Wallisson**, que comandou o policiamento da região entre 2014 e 2016, relatou que ocorreram inúmeros casos de violência e agressões aos próprios policiais, assim como os moradores, vítimas de roubos e violência sexual, os comerciantes e trabalhadores que estão perdendo emprego. Alegou que faltam ações conjuntas sobre o que está acontecendo com estes. É representante do movimento “tolerância zero” e considera importante afastar o usuário da droga. Sugeriu a possibilidade de interdição ou internação compulsória ou involuntária, independente do nome e menciona que muitas ONGs são problemáticas e lucram com a situação do fluxo.

A **Deputada Janaína** defende a realização de um trabalho que vise a tentativa de tais saídas. O problema não é a falta de leis, a questão é a mentalidade que vigora, como esclarecer sobre os riscos e efeitos no sentido de criar saídas convergentes.

O **morador João questionou a antropóloga Amanda** se existe uma pesquisa sobre o que acontece na “Cracolândia” e no entorno da região, ou algum dado sobre a violação dos direitos dos moradores e comerciantes da região (prejuízos causados).



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A senhora **Riselda**, moradora da região central (Campos Elíseos) apontou para a falta de proteção e segurança pois os “noias” destruíram a região. Cita que gostaria que fosse levado em consideração a promoção da qualidade de vida aos moradores.

Em desfecho, ficou acordado que para a próxima reunião a apresentação dos estudos e pesquisas se já apurados, bem como a leitura do manifesto, apontamentos e questionamentos levantados pelos representantes dos moradores dos CONSEGs.